INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DE NORMAS SOBRE A MENSURAÇÃO DE FATOS CONTÁBEIS

Edmar Oliveira Andrade Filho

Consultor e advogado em São Paulo. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Autor do livro **Imposto de renda das empresas** (14. ed. MP Editora, 2021). Membro Benemérito da APET (Associação Paulista de Estudos Tributários).

SUMÁRIO: 1 A mensuração como parte do processo contábil 1.1 Mensuração e avaliação 1.2 Mensurar é aferir o valor de benefícios econômicos futuros 1.3 Confiabilidade das mensurações 2 As bases de mensuração 2.1 Custo histórico 2.2 Valor justo 2.3 Valor em uso de ativos 2.4 Valor de cumprimento de passivos 2.5 Custo corrente 2.6 Custo atribuído e valor reavaliado 3 Mensuração nas políticas contábeis 3.1 Mensuração com base em estimativas 3.2 Processos de mensuração 3.3 Mensuração por comparação e projeção 3.4 Mensurações e julgamento profissional 4 Conclusões 5 Referências.

RESUMO: O propósito deste estudo é discutir questões sobre a aplicação das normas contábeis que dispõem sobre a mensuração dos elementos patrimoniais. Ele contém uma análise integrada das regras previstas nos Pronunciamentos, nas Interpretações e nas Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com as diretrizes estabelecidas na Estrutura Conceitual e na Lei n. 6.404/1976.

PALAVRAS-CHAVE: Processo contábil. Mensuração. Avaliação. Normas contábeis.

1 A MENSURAÇÃO COMO PARTE DO PROCESSO CONTÁBIL

O processo contábil é o modo de produção de informação contábil que começa com a identificação dos fatos contábeis e termina com a aprovação das demonstrações financeiras pelos sócios ou acionistas. Nas companhias abertas esse processo é formado por pelo menos sete etapas interdependentes, a saber: (a) qualificação dos fatos; (b) reconhecimento e desconhecimento; (c) mensuração; (d) evidenciação, (e) certificação independente; (f) divulgação; e (g) aprovação pelos sócios ou acionistas. Esse processo visa a fazer com que a contabilidade possa vir a cumprir a sua função ou finalidade institucional, que

é a produção de informações que sejam fidedignas e que possam ser úteis para os usuários primários das demonstrações contábeis e, também, para outros fins, como é a distribuição de lucros etc. O dever de mensurar, isto é, de atribuir um valor aos fatos contábeis, deve ser cumprido por ocasião do registro inicial do fato contábil e por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis. O reconhecimento inicial ocorre no momento em que o fato contábil é inserido nos sistemas contábeis da entidade; por outro lado, as mensurações feitas no momento do encerramento do exercício social decorrem de ajustes nos saldos das contas em razão de variações impostas por uma diversidade de fatos. Em qualquer caso, as mensurações devem ser feitas tempestivamente, isto é, de acordo com o regime de competência e tendo em consideração o pressuposto da "continuidade", se for o caso.

1.1 Mensuração e avaliação

Mensurar é uma etapa do processo contábil que consiste em atribuir um valor monetário a um fato contábil. De acordo com o item 6.1 da Estrutura Conceitual veiculada pelo CPC 00 (EC), os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários e isso exige a seleção de uma base de mensuração. Em princípio, a mensuração deve ser feita para todos os fatos contábeis que sejam reconhecidos, isto é, incluídos nas demonstrações contábeis da entidade; todavia, em circunstâncias especiais, é também exigível a mensuração de fatos contábeis que não são incluídos nos saldos das demonstrações contábeis, como são os casos dos passivos¹ e dos ativos contingentes², referidos no CPC 25 e que são divulgados nas Notas Explicativas. Portanto, os ativos e passivos contingentes integram as demonstrações contábeis por intermédio das Notas Explicativas, a despeito de não serem incluídos nos saldos divulgados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício (ou Demonstração de Resultados Abrangentes).

Mensuração é sinônimo de avaliação, que remete para a ideia de estimação; em contabilidade, são mensurados benefícios econômicos e também há mensurações sobre elementos físicos, como a determinação da vida útil de um bem do ativo imobilizado, por exemplo. A mensuração diz respeito aos "números" divulgados pelas demonstrações contábeis, e, por isso, constitui a face

-
1. De acordo com o item 27 do CPC 25: "A entidade não deve reconhecer um passivo contingente", mas os seus valores serão divulgados na forma do item 86 do referido CPC 25.
 2. De acordo com o item 31 do CPC 25: "A entidade não deve reconhecer um ativo contingente", mas os seus valores serão divulgados na forma do item 89 do referido CPC 25.

valorativa (do valor em moeda) dos fenômenos econômicos que devem ser reconhecidos nos sistemas contábeis da entidade ou simplesmente divulgados nas Notas Explicativas que integram as demonstrações contábeis. O valor de cada fato contábil (para fins de registro ou apenas de divulgação) é determinado de acordo com uma base de mensuração estabelecida nas diversas normas e há casos em que a entidade pode escolher a adoção de diferentes bases de mensuração mediante mudança voluntária de política contábil. O arcabouço normativo das mensurações contábeis é formado pelas normas que constam da EC, dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações, da Lei n. 6.404/1976, e de atos normativos editados por órgãos reguladores.

O CPC 47 traz um conceito distinto de mensuração. De acordo com as regras dos itens 39 e 40 do referido CPC, para cada obrigação de *performance* satisfeita ao longo do tempo, a entidade deve reconhecer as receitas a partir da mensuração do progresso em relação à satisfação completa da obrigação de *performance* assumida³. A mensuração, nesse caso, diz respeito ao estágio de cumprimento das obrigações que servirá como critério para o reconhecimento e mensuração da receita e do ativo respectivo.

1.2 Mensurar é aferir o valor de benefícios econômicos futuros

A mensuração que se faz para fins de reconhecimento de fatos contábeis consiste na aferição e quantificação dos benefícios econômicos atrelados a ativos e passivos, de acordo com uma base de mensuração aplicável de modo mandatório ou por opção da entidade, nos casos em seja possível escolher. A aferição sobre a probabilidade de geração de benefícios futuros deve ser feita no reconhecimento inicial e durante todo o período que um ativo estiver sob controle da entidade. Em relação aos ativos, a diretriz geral (e, por isso, aplicável a todos os ativos) foi estabelecida no item 22 do CPC 04, segundo o qual a entidade deve avaliar a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo. Em seguida, o item 23 afirma que a entidade deve utilizar seu julgamento para avaliar o grau de certeza relacionado ao fluxo de benefícios econômicos futuros atribuíveis ao uso do ativo, com base

3. É necessário ter em mente que as receitas derivadas de contratos com clientes, por força do disposto no item 31 do CPC 47, devem ser reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer a obrigação de *performance* assumida.

nas evidências disponíveis no momento do reconhecimento inicial, dando maior peso às evidências externas.

A necessidade de que a entidade faça análises sobre a produção de benefícios econômicos de ativos por ocasião do reconhecimento inicial e ao longo da permanência do ativo no patrimônio da entidade é evidenciada pelos conceitos de ativo e passivo. De acordo com o item 4.3 da EC, ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados; em seguida, o item 4.4 afirma que o recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Portanto, de acordo com a EC, não há ativo se um direito (e essa palavra, na EC, compreende a noção corrente de "bens"⁴) não tiver o potencial de produzir benefícios econômicos. Há normas que diferem da EC⁵ sobre a probabilidade de fruição de benefícios econômicos: é o caso, por exemplo, do item 7 do CPC 27, que afirma que um ativo imobilizado só deve ser reconhecido se "for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade". Portanto, um ativo deve, ao menos, ter o potencial de produzir benefícios econômicos, mas em algumas circunstâncias será necessário obter evidências de que será provável a produção dos benefícios econômicos.

A noção de benefício econômico integra o conceito de passivo, na forma do item 10 do CPC 25; de acordo com esse preceito, passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. O conceito é reafirmado no item 23 do CPC 25, nos seguintes termos: "Para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação". Portanto, ao mensurar o valor de um passivo, a entidade faz juízo sobre benefícios econômicos que dela fluirão em favor de terceiros.

Os conceitos de "receita" e "despesa" firmados no item 4.68 da EC também têm relação com a noção de benefício econômico, na medida em que as receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio. Na forma do item 4.69, despesas são reduções

4. Item 4.12 da EC.

5. A falta de simetria entre os critérios estabelecidos pela EC e por pronunciamentos específicos não torna inválida nenhuma das normas, tendo em vista que a própria EC é clara ao estabelecer, no SP1.2, que: "Nada contido nesta Estrutura Conceitual se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento".

nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio. Os aumentos e reduções nos valores de ativos e passivos que geram receitas ou despesas decorrem de variações nos valores dos benefícios econômicos esperados pela entidade em relação aos ativos e nos valores dos benefícios incorporados a recursos que serão transferidos a outra pessoa – no caso dos passivos.

Convém notar que os benefícios econômicos passíveis de serem gerados por ativos não estão associados necessariamente com a obtenção de receitas. Por isso, o item 17 do CPC 04 é claro ao afirmar que "os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras". Um rol das hipóteses em que há caracterização de benefícios econômicos consta do item 4.16 da EC, e o item 33 do CPC 47 também faz expressa menção a eles como sendo os fluxos de caixa potenciais (entradas ou economias em saídas) que podem ser obtidos direta ou indiretamente de muitas formas, como, por exemplo: (a) pelo uso do ativo para produzir bens ou prestar serviços (incluindo serviços públicos); (b) pelo uso do ativo para aumentar o valor de outros ativos; (c) pelo uso do ativo para liquidar passivos ou reduzir despesas; (d) pela venda ou troca do ativo; (e) pela caução do ativo em garantia de empréstimo; e (f) pela retenção do ativo.

1.3 Confiabilidade das mensurações

As mensurações devem ser confiáveis, e sem que tenham esse predicativo os fatos não podem ser reconhecidos. O item 7 do CPC 27 é claro ao estabelecer que o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e (b) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. Em igual sentido, o item 21 do CPC 04 é claro ao estabelecer que um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade. Em relação aos passivos, a exigência de que toda mensuração seja confiável é prevista no item 26 do CPC 25, segundo o qual, nos casos extremamente raros em que nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido, de modo que ele deve ser divulgado como passivo

contingente. Portanto, se a entidade não puder fazer uma mensuração confiável, não há que se cogitar de registro contábil de ativo ou passivo. As normas contábeis não estabelecem quais os critérios que devem ser observados para que a mensuração seja reputada confiável: todavia, parece certo que a mensuração será confiável se a entidade encontrar um valor com base num acervo de informações que seja o mais completo possível nas circunstâncias e que venha a adotar as métricas mais adequadas para cada caso. Ao exigir que as mensurações sejam confiáveis, as normas contábeis rechaçam todas as mensurações que não possam ter justificação econômica racional; em outras palavras, as referidas normas rejeitam "contas de chegada" e outros expedientes que possam obscurecer ou adulterar a verdade dos fatos.

2 AS BASES DE MENSURAÇÃO

De acordo com o item 6.1 da EC, os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários, e isso exige a seleção de uma base de mensuração. A parte final do texto afirma que "aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas"; portanto, as receitas e despesas nunca serão mensuradas de acordo com uma base específica: elas seguem a base adotada para ativos e passivos.

A seleção das bases de mensuração é feita pelas normas dos diversos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotados pelos órgãos que têm poderes de legislar sobre contabilidade. Além disso, existem, na Lei n. 6.404/1976, diversos preceitos sobre a mensuração de ativos e passivos. As referidas normas, de um modo geral, impõem critérios de mensuração, e, em situações específicas, permitem escolhas: é o que ocorre, por exemplo, em relação aos ativos que sejam qualificados como "propriedade para investimentos", que podem ser mensurados pelo valor de custo ou com base no valor justo, na forma do disposto no item 30 do CPC 28.

A EC divide as bases de mensuração em: (a) custo histórico; e (b) valor atual, que abrange o valor justo, o valor em uso de ativos e o valor de cumprimento de passivos e custo corrente. De acordo com o item 6.10 da EC, as mensurações com base no valor atual fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações atualizadas para refletir condições na data de mensuração. Devido à atualização, os valores de ativos e passivos refletem as mudanças, desde a data de mensuração anterior, em estimativas de fluxos de caixa e outros fatores refletidos nesses valores

atuais. Diferentemente do custo histórico, o valor atual de ativo ou passivo não resulta, mesmo em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem ao ativo ou passivo

O art. 183 da Lei n. 6.404/1976 estabelece os critérios de mensuração dos ativos e faz menção aos critérios de mensuração pelo custo de aquisição: pelo valor provável de realização, ou pelo valor justo. O valor do custo de aquisição deve ser diminuído do valor de provisão para perdas ou provisão para ajuste ao valor de mercado, ou diminuído do valor da depreciação, amortização ou exaustão. De acordo com o citado preceito, a mensuração com base no valor justo é aplicável aos estoques e aos instrumentos financeiros destinados à negociação ou à venda.

Em qualquer caso, o princípio geral para mensuração de ativos foi estabelecido no item 11 da OCPC 02, segundo o qual, após a adoção do modelo das normas internacionais, não é mais compatível com as práticas contábeis adotadas no Brasil a existência de qualquer ativo, num balanço patrimonial, por valor superior ao que ele é capaz de produzir de caixa líquido para a entidade, pela sua venda ou pela sua utilização. A noção de "caixa líquido" corresponde à de "benefícios econômicos", antes exposta.

2.1 Custo histórico

Antes da recepção das normas internacionais, os ativos ou passivos que ingressavam no patrimônio da entidade deviam ser reconhecidos pelo custo de aquisição; essa base de mensuração, de acordo com o item 6.4 da EC, fornece informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações derivadas, pelo menos em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem a eles. O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação e outras parcelas, se for o caso⁶. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação (item 6.5). Esse critério de registro é notoriamente útil na medida em que o valor de entrada dos elementos patrimoniais pode ser determinado com maior objetividade possível,

6. Pode haver regra específica para apuração do custo em algum Pronunciamento. Lembro, a título de exemplo, que, de acordo com o item 16, "c" do CPC 27, o custo dos ativos imobilizados deve incluir, se for o caso, a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.

tendo em vista que o valor é indicado nos documentos que lastreiam os fatos contábeis. A adoção do custo histórico pode produzir informações distorcidas em ambientes econômicos em que há hiperinflação, exceto se forem previstos mecanismos para a atualização monetária das demonstrações financeiras, como os previstos nas regras do CPC 42.

As mensurações com base no custo histórico devem levar em consideração, se for o caso, o valor presente. De acordo com o CPC 12, o ajuste ao valor presente "tem como objetivo efetuar o ajuste para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Esse fluxo de caixa pode estar representado por ingressos ou saídas de recursos (ou montante equivalente; por exemplo, créditos que diminuam a saída de caixa futuro seriam equivalentes a ingressos de recursos)". O parâmetro do "valor presente" é um elemento do processo de mensuração nos casos em que é adotado o custo histórico; portanto, o valor presente (quando aplicável) não é uma base autônoma de mensuração.

2.2 Valor justo

O conceito normativo de "valor justo" foi enxertado no texto da Lei n. 6.404/1976 pela Lei n. 11.941/2009 em substituição à expressão "valor de mercado". O texto do § 1º do art. 183 da Lei n. 6.404/1976 afirma que os valores de certos ativos da companhia devem figurar no Balanço com base no valor justo; todavia, nada é dito em relação aos passivos⁷. A ideia subjacente ao conceito normativo de valor justo é o valor mercado e isso pressupõe a existência de um mercado real; na falta de um mercado real, a entidade deve buscar outros elementos que podem estar baseados em dados não observáveis, em que é maior o grau de incerteza e subjetividade⁸.

De acordo com o item 9 do CPC 46, valor justo corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração⁹. Consoante esclarece o item 2 do citado CPC, o valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis e para outros pode não haver; a despeito disso, a entidade deve agir com diligência e cuidado para encontrar

7. A referência aos passivos avaliados pelo valor justo é feita somente no § 3º do art. 182 da Lei n. 6.404/1976, que trata do "ajuste de avaliação patrimonial".

8. Vide itens 86 a 89 do CPC 46.

9. Diversos outros Pronunciamentos repetem o conceito de "valor justo" veiculado pelo CPC 46.

o valor justo em cada caso em que as normas exigem a adoção dessa base de mensuração. A diretriz interpretativa das normas que dispõem sobre o valor justo (e dos fatos que exigem essa métrica de mensuração) é dada pelo item 61 do CPC 46, segundo o qual a entidade deve utilizar técnicas de avaliação que sejam apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

A adoção do valor justo é exigida, na maioria das vezes, por ocasião da elaboração do Balanço Patrimonial ou em outro momento, conforme norma contida em Pronunciamentos, Interpretações e Orientações. Pode ocorrer que o valor justo deva ser apurado por ocasião do reconhecimento inicial de ativos e passivos. Assim, por exemplo, o valor justo é o critério de mensuração inicial e posterior dos instrumentos financeiros destinados à negociação ou disponíveis para venda, na forma do disposto na alínea "a" do inciso I do art. 183 da Lei n. 6.404/1976 e no item 4.1.4 do CPC 48. Além disso, o valor dos ativos é mensurado pelo valor justo nas seguintes hipóteses:

- (a) em combinação de negócios por partes que não estejam sob controle comum, na forma do item 18 do CPC 15;
- (b) quando bens forem entregues em pagamento de dividendos *in natura*, segundo o item 14 da ICPC 07;
- (c) quando recebidos a título de subvenção, na forma do item 23 do CPC 06 (R1);
- (d) em que sejam considerados ativos biológicos "para produção", de acordo com o item 44 do CPC 29; nesse caso, o valor justo será diminuído das despesas de venda (item 12);
- (e) em que bens sejam permutados, na forma do item 24 do CPC 27;
- (f) em que forem destinados para distribuição aos sócios, na forma do item 15A do CPC 31;
- (g) no recebimento de contraprestação não monetária em contrato com cliente, na forma do item 66 do CPC 47; e
- (h) em que forem incluídos na contraprestação transferida em caso de combinação de negócios, na forma do item 37 do CPC 15 (R1), exceto quando os bens transferidos são destinados à adquirida (item 38)¹⁰.

10. Esse fato ocorre quando há aquisição do controle de um negócio por intermédio de subscrição de capital em que o investidor (a entidade adquirente em combinação de negócios) entrega os bens para a sociedade adquirida e não aos proprietários.

Por vezes, o valor justo é adotado numa etapa específica das atividades exploradas pela entidade: é o que ocorre na hipótese do item 13 do CPC 29, que é claro ao estabelecer que “o produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita”, de modo que o valor assim atribuído representa o custo, no momento da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, ou de outro Pronunciamento aplicável. Por fim, é facultada a adoção do valor justo para mensurar os bens que possam ser considerados “propriedades para investimentos”, na forma do item 33 do CPC 28.

É obrigatória a adoção do valor justo para passivos quando a entidade participa de uma combinação de negócio; assim, de acordo com o item 18 do CPC 15 (R1), o adquirente deve mensurar os ativos identificáveis (tangíveis ou intangíveis) e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos apurados na data da aquisição.

2.3 Valor em uso de ativos

De acordo com primeira parte do texto do item 6.17 da EC, valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo (ou uma unidade geradora de caixa) e de sua alienação final. O valor em uso não inclui eventuais custos de transação incorridos ao adquirir o ativo, mas inclui o valor presente de quaisquer custos de transação que a entidade espera incorrer na alienação final do ativo. Esse valor deve ser determinado com base em premissas específicas da entidade em vez de premissas de participantes do mercado. De acordo com o item 30 do CPC 01, os seguintes elementos devem ser refletidos no cálculo do valor em uso do ativo: (a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo; (b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros; (c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco; (d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e (e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo.

O conceito de valor em uso (como sendo o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter pelo uso ou alienação de ativos) abrange o denominado “valor realizável líquido” a que faz referência o item 7 do CPC 16 (R1), segundo o qual o valor realizável líquido corresponde à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios. Por fim, é conveniente salientar que o “valor em uso” é utilizado para apuração

do “valor recuperável”, que vem a ser o maior valor entre o valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Esse parâmetro serve para apuração da eventual perda do valor recuperável ou do valor de perda anterior que deva ser revertido.

2.4 Valor de cumprimento de passivos

Na forma do disposto no item 6.17 da Estrutura Conceitual (R2), valor de cumprimento de um passivo corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação. Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também, se for caso, os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes, de modo a permitir que ela cumpra a obrigação que porventura vier a ser transferida. Para determinação do valor dos fluxos de caixa, devem ser considerados os eventuais acréscimos decorrentes da aplicação de penalidades contratuais ou legais e os eventuais descontos por pagamento antecipado, se for o caso. Considerando que o valor de cumprimento deve estar baseado em fluxos de caixa futuros, nele não estão compreendidos os eventuais custos de transação incorridos ao assumir o passivo ou para transferi-lo a outrem, mas abrange o valor presente de quaisquer custos de transação que a entidade espera incorrer com a transferência.

2.5 Custo corrente

Em razão do disposto no item 6.40 da Estrutura Conceitual (R2), as informações sobre ativos e passivos mensurados ao custo corrente podem ser relevantes na medida em que refletem o custo pelo qual ativo equivalente poderia ser adquirido ou criado na data de mensuração, ou a contraprestação que seria recebida por incorrer ou assumir passivo equivalente. Diferentemente do custo histórico, o custo corrente reflete os preços vigentes no momento do consumo ou cumprimento. Quando as mudanças de preço são significativas, as margens baseadas em custo corrente podem ser mais úteis para prever margens futuras do que as margens baseadas em custo histórico. Em relação aos ativos, o custo corrente compreende o valor da contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data. O custo corrente de passivo é a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data (item 6.21). A aplicação do critério de mensuração com base nos

custos correntes é útil em ambientes econômicos em que há hiperinflação; de acordo com o item 8 do Pronunciamento Técnico CPC 42, as demonstrações contábeis da entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia em que há hiperinflação – baseadas na abordagem de custo histórico ou na abordagem de custo corrente – serão atualizadas em termos de unidade de mensuração corrente no final do período de relatório.

2.6 Custo atribuído e valor reavaliado

A mensuração de ativos com base no critério do custo atribuído (*deemed cost*) se tornou possível com o advento da ICPC 10. A autorização normativa durou apenas algum tempo e permitiu que ativos imobilizados fossem ajustados com base no valor justo desses se a administração viesse a identificar a existência de bens ou conjuntos de bens de valores relevantes ainda em operação e que contribuíssem para geração futura de caixa e que tivessem valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. O item 22 do referido ato normativo é claro ao dizer que essa opção só poderia ter sido exercida quando da adoção inicial, sendo proibida após isso. Em qualquer caso, o aumento do valor dos ativos deveria ter como contrapartida a conta representativa de Ajustes de Avaliação Patrimonial, integrante do Patrimônio Líquido nos termos do § 3º do art. 182 da Lei n. 6.404/1976, com o registro concomitante dos efeitos tributários porventura existentes.

Acerca do valor reavaliado, a regra do item 31 do CPC 27 cogita a mensuração de bens do imobilizado com base no valor reavaliado; todavia, faz ressalva de que a sua adoção só é permitida nos casos previstos em lei. Em igual sentido, o item 128 da Resolução CFC 1.257/2009 afirma que a reavaliação está proibida desde o início do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008, em função da existência dos critérios permitidos de avaliação para os ativos não monetários. O preceito do CPC 27 afirma que, após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação e que poderá ser diminuído do valor das depreciações e das perdas por redução ao valor recuperável que vierem a ocorrer a partir do reconhecimento do novo valor. A reavaliação, portanto, visa a ajustar o valor contábil de cada ativo ou conjunto de ativos para reconhecer o valor justo em razão do incremento de valor dos benefícios econômicos.

3 MENSURAÇÃO NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O texto dos itens 6.43 e 6.44 da EC sugerem que a base de mensuração é escolhida pela entidade. O primeiro preceito afirma que, ao escolher a base de mensuração para ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas, é necessário considerar a natureza das informações que a base de mensuração produzirá tanto no balanço patrimonial como na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente, bem como outros fatores. O item subsequente afirma que, na maioria dos casos, nenhum fator único determina qual base de mensuração deve ser escolhida, de modo que a importância relativa de cada fator depende de fatos e circunstâncias. A pressuposição de a entidade ter a prerrogativa de escolher bases de mensuração não é correta; afinal, a escolha não é deixada ao arbítrio dos órgãos de governança da entidade, exceto nos casos em que as normas permitem a adoção de mais de uma base de mensuração.

As políticas contábeis, de acordo com o item 5 do CPC 23, são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis. Políticas contábeis são enunciados sobre o modo pelo qual a entidade dá cumprimento às normas contábeis, especialmente nos casos em que as referidas normas concedem liberdade de escolha de critérios de reconhecimento ou mensuração. A entidade não pode simplesmente afirmar que a política contábil que adota consiste em dar cumprimento às normas, de modo que deve evidenciar de forma mais transparente as políticas adotadas nos casos em que existam opções para reconhecimento e mensuração de fatos contábeis. As bases de mensuração adotadas para cumprimento das normas contábeis e as decorrentes de opções, nos casos em que podem ocorrer, devem ser evidenciadas nas políticas contábeis da entidade por força do disposto no item 117 do CPC 26. Em quaisquer circunstâncias, as políticas contábeis devem ser congruentes com as normas contábeis.

3.1 Mensuração com base em estimativas

Diversas bases de mensuração utilizam estimativas, isto é, os valores a serem registrados são determinados com base em avaliação e não em representação objetiva baseada em documentos de operações ou negócios já realizados. O item 32 do CPC 23 justifica o uso de estimativas como consequência das incertezas inerentes às atividades empresariais; por isso, muitos itens nas demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados. Na sequência, o item 33 do CPC 23 afirma que "o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e não

reduz sua confiabilidade". As estimativas ocorrem, basicamente, na mensuração, mas é necessário estimar – por exemplo – a vida útil dos bens destinados ao ativo imobilizado. Enfim, não é possível conceber a existência de contabilidade sem o uso de estimativas.

As normas contábeis consideram que o cálculo de estimativas pode ser difícil em certas circunstâncias; por isso, o item 22 da EC afirma que, em alguns casos, será necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre as características qualitativas fundamentais para atingir o objetivo do relatório financeiro. O preceito admite que, em determinadas situações, a informação mais útil pode ser a estimativa altamente incerta, acompanhada pela descrição da estimativa e da explicação das incertezas que a afetam; essa diretriz é repetida pelo item 26 do CPC 25 que é claro ao afirmar que, "nos casos extremamente raros em que nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como passivo contingente". As estimativas devem ser razoáveis e justificáveis do ponto de vista técnico e devem perseguir o mandamento segundo o qual as informações contábeis devem representar a substância econômica dos fatos; para que isso seja possível, é imprescindível à entidade: (a) obter o mais abrangente acervo de informações sobre os fatos e suas circunstâncias; (b) aplicar as métricas de avaliação que sejam compatíveis e tecnicamente justificáveis em cada caso. Em qualquer situação, os intérpretes devem zelar para que todas as estimativas sejam tidas como confiáveis para que possam atender ao mandamento que exige a representação fidedigna dos fenômenos econômicos em palavras e números¹¹.

O CPC 26 regula os efeitos contábeis das eventuais mudanças de estimativas. A mudança na base de estimativas é considerada como "mudança de política" contábil mesmo quando: (a) ela seja imposta por norma; ou (b) decorra de decisão voluntária da entidade. Em razão do disposto no item 22 do CPC 23, exceto quando for impraticável, uma mudança na política contábil deve ser aplicada retrospectivamente, de modo que a entidade deve ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

11. Reproduzo, neste trecho, a ideia veiculada no texto do item 2.12 da EC, segundo o qual: "Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números".

3.2 Processos de mensuração

A mensuração é uma etapa do processo contábil e, por isso, exige a identificação e qualificação prévia dos fatos e das circunstâncias que podem afetar essa qualificação e interferir na própria mensuração. Por vezes, esse processo é singelo, o que ocorre quando a mensuração é determinada a partir do mero e simples exame de documentos que são emitidos pela entidade ou a ela destinados, a partir dos quais é possível identificar o valor que será imputado aos sistemas de registro com observância do método das partidas dobradas. Em outras circunstâncias, no entanto, o intérprete deve fazer comparações e cálculos mais sofisticados; é o que ocorre, por exemplo, na aquisição de um investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial em que a entidade deve determinar (mensurar) eventuais contraprestações contingentes e avaliar os ativos e passivos adquiridos com base no valor justo para fins do desdobramento do custo de aquisição. Igual grau de sofisticação é exigido nos casos em que são necessários cálculos estatísticos e de matemática financeira, como ocorre nas avaliações com base em valores presentes ou fluxos de caixa descontados. Enfim, a mensuração contábil exige o domínio de técnicas de avaliação por comparação e por projeção.

3.3 Mensuração por comparação e projeção

Avaliação se faz por comparação ou projeção. Os métodos de avaliação calçados em comparação tendem a produzir mensurações mais confiáveis que as obtidas com o emprego de métodos baseados em projeções; nesse sentido, é o preceito do item 77 do CPC 46, segundo o qual "o preço cotado em mercado ativo oferece a evidência mais confiável do valor justo". A avaliação por comparação é mais apropriada para determinação do valor estimado de mercado de um ativo ou passivo; assim, o avaliador chega ao valor de mercado estimado a partir do cotejo com os valores dos negócios realizados que tenham por objeto ativos e passivos iguais ou similares. As projeções, por outro lado, se baseiam na probabilidade da ocorrência de eventos futuros ou cenários econômicos desenhados com a utilização de fórmulas cujos ingredientes são as premissas e os direcionadores (*drivers*) que podem variar de avaliador para avaliador e em razão da natureza do objeto da avaliação. Ao projetar, o avaliador simula cenários econômicos globais ou contextuais e estima valores com base na possível realização fática das premissas imaginadas, que inclui os riscos e incertezas associados.

Toda avaliação contém uma limitação intrínseca, na medida em que nenhum trabalho de avaliação pode garantir a ocorrência dos fatos tomados

como parâmetros para elaboração das premissas adotadas em cada caso. Os especialistas em avaliação fazem questão de deixar claro que todo e qualquer processo de avaliação só conduz a valor potencial do objeto da avaliação, e, portanto, os resultados não podem ser considerados como predições exatas sobre o futuro. Com efeito, toda avaliação lida com incertezas e nenhum método de avaliação é capaz de eliminá-las por completo, uma vez que elas derivam de fatores externos – do mercado e da conjuntura econômica e política –, e, por essa razão, não são passíveis de controle ou administração por parte do avaliador ou de quem contrata a avaliação. Nem mesmo o emprego de métodos de avaliação conhecidos e testados é capaz de tornar as avaliações irrefutáveis, já que elas se baseiam em premissas de provável ou possível ocorrência e não em fatos passados. Ademais, as metodologias de avaliação conhecidas e praticadas estão envoltas em inúmeras variáveis que podem ser escolhidas, desprezadas ou manipuladas, ao alvedrio do avaliador. Aqui é necessário sublinhar que as avaliações, em geral, sofrem a influência de elementos de caráter subjetivo e podem acentuar os desafios técnicos inerentes.

A entidade, em qualquer caso, é a responsável pelas estimativas e deve agir com diligência para alcançar, da melhor maneira possível, a melhor estimativa, que é aquela tecnicamente correta e não sujeita a vieses ou comportamentos oportunistas que podem levar ao detestável "gerenciamento de resultados".

3.4 Mensurações e julgamento profissional

Durante o processo de mensuração, é necessário que o avaliador faça julgamentos profissionais. Esses julgamentos ocorrem sempre que for necessário decidir entre opções igualmente válidas do ponto de vista técnico e econômico; em tais circunstâncias, o profissional deve agir de acordo com o seu conhecimento especializado e aplicar toda a sua experiência à luz das regras técnicas do seu ofício. Nenhum julgamento profissional pode ser feito se não existirem informações em boa quantidade e boa qualidade. Ao exercer julgamento profissional, o preparador das demonstrações contábeis resolve problemas sobre a aplicação das normas e sobre a qualificação dos fatos; em matéria de mensuração, o julgamento profissional é especialmente exigido nos casos em que é necessário fazer avaliações.

Algumas avaliações exigem o emprego de métodos sofisticados de estatística e finanças combinados com conhecimentos técnicos de engenharia e de funcionamento de mercados. Assim, por exemplo, para determinar qual o valor justo de bem com base no valor atual dos fluxos de caixa esperados, é necessário escolher as premissas e os direcionadores (*drivers*) que sejam adequados, isto

é, que sejam meios idôneos para um fim determinado – a apuração do valor justo que reflita adequadamente o valor presente dos fluxos futuros de caixa. O avaliador deve ter conhecimento suficiente acerca da natureza do bem e do seu estado, e, ainda, da sua capacidade de gerar os fluxos de caixa esperados no contexto da empresa; por isso, deve também considerar os riscos associados ao elemento em avaliação ou à entidade que o controla. Em suma, o avaliador deve se certificar que os bens podem ser efetivamente explorados pela entidade, isto é, se sobre eles existem ou não reivindicações de terceiros que possam determinar a sua alienação forçada, ou ainda, da existência de eventuais restrições ou ameaças que possam influenciar a geração de benefícios futuros capazes de interferir nos fluxos de caixa. Pode ocorrer que o resultado da avaliação não seja um valor determinado, mas uma faixa entre um mínimo e um máximo. Em circunstâncias como essa, o intérprete do fato e da norma contábil deve escolher o valor – dentre os que são considerados adequados *a priori* – que atenda, da melhor maneira possível, aos princípios que exigem a geração de informação útil e fidedigna. Enfim, avaliar ou mensurar não consiste apenas em fazer planilhas: trata-se de um processo complexo em certas circunstâncias, que exige muito trabalho e muito conhecimento.

4 CONCLUSÕES

A compreensão e a correta aplicação das normas contábeis sobre mensuração de ativos e passivos são providências fundamentais para que as informações financeiras divulgadas pela entidade sejam úteis. Em conclusão, é possível afirmar que as diversas normas contábeis sobre mensuração colaboram para a compreensão de que a contabilidade não consiste apenas na compilação de dados. Portanto, para a correta aplicação das referidas normas, é necessário muito labor interpretativo; uma grande quantidade de julgamento profissional; um largo conhecimento de finanças, estatística e ciências afins; e, ainda, uma elevada dose de “bom senso”.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 17 dez. 1976.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Data Aprovação: 01.11.2019. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 01 – Redução do valor recuperável de ativos. Aprovação: 06.08.2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 04 – Ativo intangível. Data Aprovação: 02.12.2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 06 – Arrendamentos. Data Aprovação: 06.10.2017. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 12 – Ajuste a valor presente. Data Aprovação: 05.12.2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 15 – Combinação de negócios. Data Aprovação: 03.06.2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 16 – Estoques. Data Aprovação: 08.05.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Data Aprovação: 26.06.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Data Aprovação: 26.06.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis. Data Aprovação: 02.12.2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 27 – Ativo imobilizado. Data Aprovação: 31.07.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 28 – Propriedade para investimento. Data Aprovação: 31.07.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. Data Aprovação: 16.09.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária. Data Aprovação: 07.12.2018. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 46 – Mensuração do valor justo. Data Aprovação: 07.12.2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Data Aprovação: 04.11.2016. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos financeiros. Data Aprovação: 04.11.2016. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Orientação CPC 02. Esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis de 2008. Data Aprovação: 30.11.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Interpretação CPC 07 – Distribuição de lucros in natura. Data Aprovação: 04.12.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Interpretação CPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Data Aprovação: 04.12.2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.